

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 3.082 , DE 2004

Dispõe sobre a provisão mensal de recursos para o pagamento do décimo terceiro salário e do adicional de férias, cria o Fundo de Provisão Salarial – FPS e dá outras providências.

Autor: Deputado MILTON CARDIAS

Relator: Deputado LINDBERG FARIAS

I - RELATÓRIO

A proposição em análise cria obrigação para o empregador de depositar mensalmente, em conta bancária vinculada aberta em seu nome junto a instituição financeira oficial federal, 11,1% do somatório das remunerações pagas ou devidas, no mês anterior, aos seus empregados.

Estabelece ainda que os valores depositados constituirão o Fundo de Provisão Salarial – FPS, podendo tais recursos ser utilizados pelas instituições financeiras oficiais para conceder financiamentos a micro, pequenas e médias empresas, no âmbito de programas instituídos pelo Poder Executivo.

Fixa também que os depósitos serão remunerados, no mínimo, pela mesma taxa que se aplica aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Prevê que o empregador pode movimentar as contas para pagar o décimo terceiro salário e o adicional de férias dos empregados.

Institui adicionalmente multas em caso de descumprimento da lei. Por fim, determina que os depósitos estabelecidos na forma do presente

projeto constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional e as importâncias levantadas implicarão receita tributável.

No prazo regimental de 5 sessões, não foram apresentadas emendas. Além desta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, o projeto tramitará pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Brasil é uma das economias mais regulamentadas do mundo. Estudos de diversas instituições têm apontado este fato. Trabalho recente do Banco Mundial cita as dificuldades para se abrir e, mais ainda, para se fechar empresas no Brasil. Além disso, a carga tributária brasileira é extremamente elevada. É comparável à de países como a Alemanha, Canadá, Espanha e Suíça e é, de longe, a mais elevada da América Latina.

Não por acaso, as empresas passam por tantas dificuldades no País, notadamente as micro e pequenas. A estagnação da economia, que já dura mais de 20 anos, a infra-estrutura econômica deficiente, a má-qualificação da mão-de-obra, são fatores que se adicionam à burocracia e à elevada carga tributária.

Não nos parece, pois, correta a afirmação, presente na justificativa do projeto em tela, de que as dificuldades de caixa das empresas para cumprirem seus compromissos com pagamento de décimo terceiro salário e com adicional de férias ocorram em razão da ausência de adequado planejamento financeiro. Tal dificuldade é inerente à própria crise da economia brasileira. Em decorrência dela, as empresas faturam pouco, lucram pouco e têm dificuldades de cumprir todos os seus imensos compromissos fiscais, trabalhistas, com fornecedores etc.

A proposição, não obstante os melhores propósitos de seu autor, introduz um novo problema para as empresas, na medida em que terão

seu fluxo de caixa alterado. Os recursos que deveriam destinar-se ao seu capital de giro serão reduzidos pela obrigatoriedade do depósito. Embora haja previsão de remuneração para eles, esta dificilmente vai conseguir igualar-se ao custo de captação de dinheiro pelas empresas. Com efeito, aprovado o projeto, as empresas poderão encontrar-se na situação de ter seus recursos em tal Fundo remunerados a uma taxa, ao mesmo tempo em que serão obrigadas, para cumprir outros compromissos, a ter que captar no mercado financeiro a uma taxa duas ou três vezes superior. A difícil situação por que passa boa parte das empresas brasileiras no momento dispensa este problema adicional.

A obrigação de pagar décimo terceiro salário e adicional de férias é inquestionável e constitui importante conquista dos trabalhadores brasileiros. A lei já estabelece as datas em que tais pagamentos devem ser feitos. Determinar, todavia, obrigatoriedade de depósitos mensais para as empresas, a fim de cumprirem tal compromisso, nos parece uma interferência indevida no planejamento financeiro que cada empresa faz de acordo com sua conveniência.

Ante o exposto, **votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.082, de 2004.**

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado LINDBERG FARIAS
Relator